

Filozofski fakultet Sveučilišta u Zagrebu

Odsjek za romanistiku

Katedra za portugalski jezik i književnost

O rei Sebastião de Portugal e o sebastianismo

Portugalski kralj Sebastijan i sebastijanizam

Diplomski rad

Mentor: mr. sc. Želimir Brala

Student: Marija Kozjak

Zagreb, srpanj 2018.

Índice

1. Introdução.....	5
2. História de D. Sebastião e Portugal.....	5
2.1. D. Manuel I de Portugal.....	5
2.2. D. João III de Portugal	7
2.3. D. Sebastião de Portugal.....	9
2.3.1. Infância do D. Sebastião.....	9
2.3.2. Reinado do D. Sebastião.....	12
2.3.3. Batalha de Alcácer-Quibir.....	14
2.4. Período depois da morte do D. Sebastião.....	14
2.4.1. Reinado do D. Henrique.....	15
2.4.2. Período dos governadores.....	17
2.4.3. Reinado do D. António, Prior do Crato.....	18
2.5. Filipe I de Portugal.....	19
2.5.1. União Ibérica.....	20
3. Sebastianismo.....	22
3.1. Atmosfera na sociedade nos séculos XV/XVI/XVII.....	22
3.2. História do messianismo português.....	23
3.3. Sebastianismo.....	2
3.3.1. Padre António Vieira.....	26
3.4. Raízes do sebastianismo.....	27
3.5. Pensamentos dos portugueses sobre o sebastianismo.....	28

4. Conclusão	30
5. Bibliografía.....	31

1. Introdução

D. Sebastião teve grande influência na história e no pensamento da sociedade em Portugal. O jovem rei foi conhecido como *o Desejado* e *o Encoberto* e como a única esperança do povo português no momento crucial no século XVI. Depois da sua morte em 1578, a ameaça da perda da independência tornou-se uma opção viável para o futuro de Portugal e o povo procurou o sentido de toda situação. Nos anos após o acontecimento infeliz com a influência da cultura corrente, surgiu a ideia dos portugueses como o povo eleito. Nesta tese, vou discutir sobre as circunstâncias históricas que antecederam o reinado do rei D. Sebastião, tal como a sua vida e morte. Também, vou falar sobre a maneira da resolução da situação depois da sua morte, assim como a união com a Espanha. Vou revisar as definições do sebastianismo, um movimento messiânico que desenvolveu nos anos após da perda de independência, também como as suas raízes e os pensamentos sobre este fenómeno.

2. História do Dom Sebastião e de Portugal

2.1. Dom Manuel I de Portugal

O reinado do João II no século XV deixou um grande impacto sobre a maneira da governação do Manuel I. A cidadania de Portugal exigia a opressão contra as medidas que iriam enfraquecer a sua autonomia feudal e reduzir os presentes do governo para os que o acompanhavam nas expedições, descobridoras ou militares nas Cortes de 1481. D. João II aceitou os pedidos do seu povo, mas a nobreza respondeu com a conspiração contra o rei, liderada pelo duque da Bragança, que logo foi executado. O reinado do rei português foi rigoroso de tal maneira que ele matou ou exilou a maioria da nobreza e da aristocracia do Portugal. Isso deixou as vagas nas funções públicas, até este ponto ocupadas pelos membros das famílias altas, que agora tivessem de ser preenchidas com os cidadãos. As circunstâncias nas quais D. Manuel I herdou o império não foram fáceis e o novo rei do Portugal fez um excelente trabalho.

Durante o seu reinado, D. Manuel I de Portugal obteve os cognomes diferentes devido às suas realizações, como *o Venturoso*, *o Afortunado* e *o Bem-Aventurado*. Todos eram associados com as particularidades da governança nesse período do estado português destacado por grandes progressos na cultura, na arte e também na política. O primeiro cognome estava ligado com o facto que durante o reinado de D. Manuel I, Portugal chegou a ser um grande império ultramarino e foi o primeiro no mundo a ter feito isso. D. Manuel foi o filho do irmão mais novo de Rei Afonso V de Portugal e o neto do Rei João

I de Portugal. Ele sucedeu o Rei João II, que tinha os problemas por causa das conspirações da casa da Bragança. D. Manuel cresceu consciente destas circunstâncias, especialmente quando o seu irmão Diogo foi morto pelo rei próprio em 1484. Então, Manuel foi muito assustado quando recebeu o convite do rei para vir ao castelo em 1493, e ainda mais surpreendido quando o rei disse que queria que ele o sucedesse como o rei. Por causa disso, Manuel obteve os cognomes *o Afortunado* e *o Bem-Aventurado*.

D. João II já teve o plano para estabelecer o tratado de comércio com os países do Oriente durante o seu reinado. D. Manuel provou o seu valor como um bom sucessor ao continuar com o desenvolvimento dessa ideia da exploração do Oceano Atlântico. Algumas das suas realizações mais importantes foram o descobrimento da rota marítima para Índia, o descobrimento do Brasil, o estabelecimento do monopólio das rotas comerciais no Oceano Pacífico e no Golfo Pérsico e o bloqueio do comércio muçulmano no Oceano Índico. O começo da expedição de Vasco da Gama em 1498 para a Índia iniciou um novo ciclo da história de Portugal. A expansão da marinha de Portugal e as altas figuras da nobreza como chefes ajudaram D. Manuel chegar a ser não só o rei de Portugal e Algarves, mas também “senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. A expedição mais destacada do tempo de D. Manuel é a do Pedro Álvares Cabral. Cabral começou a sua viagem com a intenção de seguir a rota marítima de Vasco da Gama para a Índia, mas no dia 22 de abril de 1500, terminou-a num lugar desconhecido. Isso resultou com o descobrimento do Brasil, que até hoje não sabemos se foi feito intencionalmente ou não. Havia uma questão que se punha sobre o facto de outros exploradores portugueses que já foram ao Brasil anos anteriores, mas hoje a data de 22 de abril está amplamente reconhecida como o descobrimento do Brasil pelos europeus. Nessa altura, os portugueses mostraram pouco interesse nesse novo lugar, e a colonização do Brasil não ocorreu até os anos 30 do século XVI. Uma das razões do foco português na situação no Oriente foi a crise de 1515, quando ocorreu o ataque na armada que viajava para Mamora e Anafé, onde o rei queria estabelecer a base no litoral marroquino. Neste período do tempo, os mouros atacavam as bases portuguesas e isso foi o princípio da derrocada do Império africano que os portugueses queriam construir, mas nunca conseguiram.

O estilo da governança do D. Manuel I foi um absolutismo real com muitas reformas no sistema financeiro, a justiça, o exército e a administração central e local. Em 1497, o rei português mandou as realizações dos forais, os documentos reais que prescreviam o funcionamento do conselho e da sua administração, tal como as bordaduras e os direitos da uma cidade. O foral foi o mais importante documento do tempo porque teve o papel da prova da nacionalidade portuguesa dum cidadão. Durante o reinado do D. Manuel I, os forais tornaram-se mais rigorosos. Uma outra inovação manuelina foi o documento

Ordenações Manuelinas de 1514, as recodificações das leis de “tabelamento dos salários pelos homens bons” e representam a transformação dum estado medieval para um estado moderno. As ordenações foram as modificações da lei feitas pelo Bártolo de Sassoferrato, o famoso jurista do século XIV. Davam mais importância a *communis opinio* – as opiniões e os comentários dos académicos e os juristas sobre a lei romana e limitavam a lei de Bártolo na sua aplicação. Tudo isso contribuiu para o crescimento da Corte de Portugal em número e também em consumo de bens em total e a redução do rendimento nacional. Simultaneamente, o volume da importação aumentava, assim como a tonelagem dos navios e a despesa da armada e piratas em Atlântico.

Portugal lucrou com isso e D. Manuel utilizou o dinheiro que ganhou para construir grande número dos edifícios reais num estilo novo. O estilo manuelino, que foi muito popular nas primeiras décadas do século XVI, está caracterizado por ornamentação arquitetural com a base nos elementos marítimos e vários símbolos dos descobrimentos. Alguns dos edifícios que representam melhor o estilo são o Monastério dos Jerónimos, a Torre de Belém e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha em Lisboa. D. Manuel foi um governador muito religioso, e investiu consideravelmente nas construções religiosas através de Portugal, assim como no envio dos missionários para as colónias portuguesas. Porém, a cristianização não era de grande êxito, como foram os planos dos portugueses. Não era eficaz nem em Portugal, nem nas colónias. Um episódio que nos recordamos é o de expulsão da população judaica de Portugal, que aconteceu por causa do contrato no que o D. Manuel entrou com o Fernando II de Aragão com o objetivo de casar-se com a sua filha Isabela de Aragão. Segundo esse contrato, D. Manuel precisava de banir cada judeu do país, porque Fernando e Isabel I não permitiam o casamento da sua filha com o rei que tolerasse a presença deles. Esse ato foi contraditório com o que ele fez no início do seu reinado – a libertação dos judeus que foram cativos durante da governança de seu predecessor João. É também digno de nota o Massacre de Lisboa em 1506, quando a gente de Lisboa invadiu o bairro dos judeus e mataram milhares das pessoas, mas os líderes deste ataque foram executados pelo rei.

Logo após o seu casamento, Manuel I teve um filho com Isabel de Aragão, mas a rainha morreu no parto. O filho infeliz foi considerado um sucessor aparente até a sua morte que deixou o país num estado frágil, só dois anos depois da morte da sua mãe. O rei tinha que casar de novo, desta vez com a irmã da sua falecida esposa, Maria de Aragão. Eles tiveram dez filhos, entre os quais o Infante João e o Infante Henrique, que no futuro virão ser os líderes do país, mas nas circunstâncias diferentes.

2.2. Dom João III de Portugal

D. Manuel faleceu em dezembro de 1521 e o seu filho Infante João foi aclamado o rei João III quando teve dezanove anos. Foi conhecido como o *Colonizador*, porque durante o seu reinado expandiu o império na Índia e no “Novo Mundo”, ou seja, o Brasil. Durante a governança desse rei, Portugal tornou-se o primeiro país que estabeleceu o contato com a China durante a dinastia Ming e o Japão durante o período Muromachi. China e a sua “Estrada da Seda”, que o D. João queria substituir com uma rota marítima, foram muito interessantes para os portugueses. Os ataques frequentes na Índia do lado do Império Otomano e o seu sultão Solimão o Magnífico causavam grandes problemas para o rei de Portugal e não foi possível manter a mesma quantidade do exército nas todas as frotas. A Índia era interessantíssima para o D. João III e isso fê-lo abandonar as fortalezas no Norte da África. A Índia incluía todo o mundo conquistado no Oriente, espalhava-se do Cabo da Boa Esperança até ao Japão, com base em Goa, que não foi só o ponto da partida, mas também havia grandes estabelecimentos do ensino secundário e universitário. Entre muitos governadores militares de D. João III na Ásia foram Vasco da Gama, Lopo Vaz de Sampaio, Estêvão da Gama e Martim Afonso de Sousa. Uma das mais grandes vitórias políticas do João III foi o estabelecimento do controlo sobre Ilhas Malucas, aclamadas pelos espanhóis e a definição das partes da influência portuguesa e espanhola com o Tratado de Saragoça em 1529.

O reinado de João III foi destacado pela diplomacia muito forte, estabelecida através do seu casamento e o casamento dos seus filhos e dos relativos. Ele casou com Catarina de Áustria, a sua irmã com Carlos I e a sua filha com Felipe I – todos os imperadores da Espanha, que lhe garantiu a paz na península ibérica. Foi neutral na guerra entre a França e Espanha, mas teve uma posição firme na questão dos ataques da França no Brasil. A sua relação com o Estado da Cidade do Vaticano foi muito boa, especialmente depois da introdução da Inquisição em Portugal e da adesão aos regulamentos de Contrarreforma. Por causa de tudo isso, ele podia nomear os seus irmãos o Infante Henrique e o Infante Afonso como cardeais e o seu filho Duarte como arcebispo de Braga. Intensificou as relações com a Inglaterra e os países à volta do mar Báltico.

O império de Portugal fortaleceu a sua posição na América do Sul em 1534, quando dividiu o Brasil em doze capitanias hereditárias, cada uma com o seu donatário. Em 1549, por causa de muita opressão da parte das colônias independentes, D. João proclamou o Governo-Geral do Brasil, com Tomé de Sousa no lugar do primeiro Governador-Geral. Os exploradores portugueses intensificaram a procura do pau-brasil no Recife e Bahia, porque o usavam pela produção da cor escarlate e da cana-de-açúcar. Porque os índios viviam a vida nómade e foi quase impossível forçar-lhes ficar num lugar, os portugueses tiveram que trazer os trabalhadores da África. O número dos índios também

causava um problema para os portugueses – não havia o número suficiente dos e os portugueses não queriam trabalhar tanto. Os primeiros escravos foram trazidos da África em 1539.

D. João apoiou a cultura humanística, que desenvolveu durante o seu reinado. Na literatura portuguesa em particular, ele ativamente suportou Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e Luís de Camões. Na ciência, sustentou o desenvolvimento da matemática e da física, assim como mais de cinquenta estudantes na sua educação no *Collège Sainte-Barbe na França*. Em 1537 ele deslocou a sede da universidade português de Lisboa para a Coimbra e em 1542 criou o Colégio das Artes Liberais, para que convidou alguns dos maiores professores portugueses e forneceu muitos recursos. A Inquisição, que foi a coisa que marcou o reinado de João III, foi introduzida em Portugal em 1536 sob a autoridade do rei. O primeiro Inquisidor – geral foi o D. Henrique. As cortes da Inquisição foram estabelecidas em Lisboa, Coimbra e Évora. Depois de 1560 uma corte foi estabelecida também em Goa, que mudou a demografia deste território e por isso Goa era conhecida como *Lisboa do Extremo Oriente*. As atividades da Inquisição incluíram a censura dos livros, a repressão e o julgamento pela adivinhação, a magia e a bigamia, assim como as acusações dos crimes sexuais, a sodomia em particular. A Inquisição influenciou todos os aspetos da sociedade portuguesa, de políticos até culturais, e também a vida social.

O sucessor aparente de D. João III foi o Infante João Manuel, o seu oitavo filho com a sua esposa Catarina de Áustria. Mas o Infante foi doente frequentemente e dois anos depois do seu casamento com Dona Joana de Áustria em 1554, ele morreu por causa da diabetes juvenil. Nessa altura, a sua esposa foi grávida com o seu filho e deu à luz ao próximo rei de Portugal, o rei Sebastião, só 18 dias depois da morte do seu marido.

2.3. Dom Sebastião de Portugal

2.3.1. Infância do D. Sebastião

D. Sebastião, o filho do Infante João Manuel e o neto de D. João III nasceu em 20 de janeiro de 1554, na madrugada do dia de Santo Sebastião e foi nomeado com o nome do santo, que não foi muito usual para um membro da família real na Europa. O jovem rei foi muito esperado pelos portugueses. O povo estava ciente de fato que a união ibérica seja uma situação provável sem D. Sebastião como o sucessor do trono. Então, foi dado o cognome o *Desejado*. Logo após o seu nascimento, o médico da sua mãe, Fernando Abarca Maldonado previu que D. Sebastião iria casar-se e ter muitos filhos. Nenhuma dessas previsões se concretizou durante a sua vida porque o rei nunca casou e morreu sem o sucessor.

Foi um sucessor natural do trono desde o primeiro dia da sua vida, porque o seu pai morreu duas semanas antes do seu nascimento. A sua mãe, D. Joana de Espanha voltou à casa para servir como princesa regente da Espanha, em lugar do seu pai Carlos V. Depois da sua abdicação em 1556, ela serviu em vez do seu irmão Felipe II de Espanha. Nunca voltou a Portugal, nem viu o seu filho D. Sebastião, mas frequentemente recebia os seus retratos e as informações sobre as suas atividades.

A proclamação para o rei aconteceu quando D. Sebastião teve três anos, depois da morte do seu avô D. João III. Como foi menor, Portugal precisava de um regente, mas o rei falecido não deixou o testamento, nem qualquer documento sobre quem deveria ser responsável pelo governo. Os seus sócios mais próximos anunciaram que o desejo do rei foi que a avó do D. Sebastião, D. Catarina de Áustria, ocupasse o lugar no princípio. Durante todo o seu reinado, D. Catarina confrontava as críticas dos jesuítas que queriam um homem da religião, como o D. Henrique, na posição do regente. No Natal de 1560, D. Catarina convidou o seu cunhado D. Henrique, com o pretexto de estar cansada. Ela pediu ao D. Henrique que lhe substituísse no trono. Apesar do medo da governança num país, D. Henrique, sob a influência da D. Catarina, escreveu uma carta ao povo português para pedir a aprovação da sua decisão. Esse ato provocou os protestos nos todos os níveis da sociedade portuguesa, com as solicitações da denuncia dessa resolução. A resposta dos jesuítas aos protestos causava problemas para a D. Catarina e ela decidiu retirar da posição. Ela foi regente até 1562, quando D. Henrique assumiu a posição. Nessa altura ele foi o arcebispo em Braga e Évora e Inquisidor-geral. Essa mudança da responsabilidade aconteceu por causa de dois grupos em Lisboa – o primeiro influenciado pela D. Catarina e suportou a política do Felipe II da Espanha; e o segundo sob a liderança do D. Henrique que queria libertar a coroa portuguesa dessa influência do país vizinho. Então, em 1562 D. Catarina saiu da posição, mas permaneceu como tutora e curadora do rei jovem.

Dois pontos mais importantes na regência do D. Henrique foram as questões ligadas com o comércio no Atlântico e a defesa das cidades marítimas no Portugal e a luta contra a influência da política filipina. O primeiro ponto foi causado pela aumento das piratas no Oceano Atlântico, que deixou D. Henrique com a necessidade de defender lugares no litoral, como Cascais, Setúbal e Lagos. Também ocorreu um episódio dum conflito diplomático com a Inglaterra, cuja rainha Isabel queria despedaçar a supremacia do tráfico ibérico no Atlântico e fazer que todos pudessem navegar lá livremente. O Portugal queria implementar o conceito de *mare clausum*, que é a expressão latina para “mar fechado”, ou seja uma parte do mar naquele só um país designado há direito de navegar livremente e exercer o comércio. Infelizmente, por causa dos problemas na diplomação com a Inglaterra, esse conceito nunca se tornou possível. O segundo aspeto mais im-

portante da política do D. Henrique foi ligado com jesuítas, que tiveram uma grande influência na vida da corte. Esse grupo tinha a ideia ideológica da defesa da vida política e social de Portugal contra a preponderância filipina. D. Henrique tinha a confiança total nesse corpo e a Corte do Portugal entrou num jogo com a Espanha para obter o poder político.

Como criança, D. Sebastião foi um rapaz inteligente, vivo e sem medo. A sua avó podia controlá-lo facilmente nos primeiros anos. Não existem muitas descrições da sua aparência externa, mas baseando-se no Machado Pires, podemos concluir que D. Sebastião era uma criança da estrutura média, mas muito musculoso. Tinha pele clara com muitos lentigos, os seus olhos eram azuis e o cabelo e a barba eram entre loiros e ruivos. Queiroz Veloso nos oferece uma descrição mais detalhada: “acentuadamente assimétrico, o ombro direito mais levantado, os membros direitos mais longos, fazia inclinar-se para a esquerda ao andar” (Machado Pires 1971, 47). O que sabemos ao certo é que o jovem rei aparecia muitas vezes enfermo. Sofreu duma doença que ficou com ele até à sua morte, e de acordo com alguns historiadores, estava ligada com a morte precoce do D. Sebastião. Essa doença foi representada por “um estado febril persistente, tonturas e mal-estar de todo corpo”. No seu *D. Sebastião e o Encoberto* Machado Pires alega que existem diversas hipóteses que podem explicar a doença do D. Sebastião, mas propôs as duas mais possíveis: segundo a primeira acredita-se que os problemas do rei podem ser atribuídos aos fenómenos da puberdade, e a segunda confirma a ligação com a inflamação crónica da uretra que é dificilmente curável. Frequente estado da enfermidade do D. Sebastião causou com que a sua mãe ordenasse que o seu médico pessoal viajasse para Portugal, fez a avaliação complexa do corpo e do estado psíquico do seu filho. O médico não conseguiu fazer nada quanto à natureza da sua doença. D. Sebastião estava consciente da sua fraca saúde e que o tornou a aparecer mais frágil do que era. Sempre queria ocultar os seus sintomas e isso motivou a formação do seu carácter, que foi descrito como guerreiro e pronto para lutar.

D. Catarina foi curadora do D. Sebastião e designou Alexio de Menses como o seu tutor. Alexio Menses foi um homem militar competente com uma reputação sólida, tal como o ex-tutor e protetor do rei João III. Menses tomava conta da disciplina do jovem rei, tal como lhe educava sobre o orgulho do guerreiro. Ele também suportou o D. Sebastião na independência do seu tio e da sua avó. A influência do Menses foi visível nos esforços prematuros do D. Sebastião para realizar os seus planos. Outros educadores incluíram o padre Luís Gonçalves da Câmara e o seu assistente, padre Amador Rebelo, responsáveis pela educação religiosa do D. Sebastião. Por causa da sua formação e do estilo da vida na sua infância, D. Sebastião cresceu e tornou-se muito devoto. Tinha sempre a cópia dum livro religioso consigo, mais frequentemente o do Tomás Aquinas, que considerou necessário aceitar a verdade independentemente de onde a encontrávamos. Lia

também os livros históricos, principalmente esses sobre a história portuguesa. Quando não lia, passava o tempo nas caçadas. Esteve sempre, também, acompanhado por dois monges da Ordem dos Clérigos Regulares ou Teatinos, que tinham que proteger o jovem rei.

2.3.2. Reinado do D. Sebastião

D. Sebastião nunca se casou, ainda que fizesse parte dumas tentativas das alianças de casamento. Uma delas foi a tentativa da Catarina de Médici, a viúva rainha da França, que o queria casar com a sua filha mais nova, Margarida de Valois. O rei Felipe II da Espanha suportou essa aliança, mas o casamento não ocorreu. D. Sebastião declarou que não queria ser ligado com a família Valois por causa da repressão dos huguenotes no país e primeiro queria ver como a situação iria resolver. O jovem rei teve mudança de opinião sobre o assunto e concordou casar com a Margarida, com o objetivo de prevenir o casamento entre ela e o próximo rei francês, Henrique IV, um huguenote. O atual rei da França já teve intenção de casar a sua filha com Henrique e recusou o propósito do rei do Portugal. D. Sebastião mesmo ofereceu o pedido do casamento à Isabela, a filha do rei Felipe II da Espanha.

Durante o seu reinado, D. Sebastião reestruturou a administração, o sistema judicial e a parte militar do Portugal. Com a *Carta de Lei de Almeirim* introduziu o sistema de medidas para os líquidos e sólidos e definiu o papel dos funcionários públicos em 1574. Em 1576 inaugurou *Celeiros Comuns*, a lei das instituições creditícias que com o objetivo de ajudar fazendeiros pobres quando o processo da produção decresceu, empréstimo das sementes e mercadorias aos habitantes carecente do país. Eles, no outro lado, tinham que reembolsar o crédito nos seus produtos quando se recuperassem da crise. Na vida judicial implementou o decreto *Da nova ordem do juízo, sobre o abreviar das demandas, e execução dellas*, com qual reduziu o tempo em que se o processo tinha de resolver-se, definiu o papel dos advogados, dos escrivães e dos outros funcionários judiciais.

O governo político do jovem rei pode se definir com as três épocas. A primeira durou nos primeiros quatro anos do seu reinado quando manteve a sua atenção nos problemas relacionados com Lisboa. Entre 1569 e 1570 tentava assegurar o apoio dos territórios a norte de Lisboa. Com o ano 1573 e a sua primeira viagem ao Algarve, começou uma nova política do D. Sebastião que o virou para o mundo estrangeiro. Acredita-se também que D. Sebastião governou com a frieza nas relações internacionais. O desenvolvimento do império em Marrocos já começou no tempo do D. João III de Portugal. Em conjunto com já mencionada tensão na Índia, isso teve influência na redução da presença lusitana no Norte da África, em particular Ceuta e Tânger – que causou o medo dos ataques

mouros no litoral do Algarve. Tudo isso não significou que o perigo dos turcos na Península Ibérica foi inexistente. No entanto, o número dos ataques na costa do Algarve aumentou durante do reinado do D. Sebastião e forçou-o a implementar as medidas da defesa. Uma delas foi a ordem para cercar a aldeia de Alcantarilha e protegê-la dos mouros, tal como a construção de uma fortaleza em Tavira para proteger os navios. Além dos ataques físicos, a política dos Marrocos também causava os problemas para o jovem rei do Portugal. Mulei Moluco, derrubou Mulei Maomé, o rei mauro, com a ajuda de 8000 turcos. Em retorno Moluco prometeu ao imperador turco obediência, em particular a abertura do caminho ao reino que criou novamente o medo da ameaça turca no norte da África. D. Sebastião considerava o perigo dos inimigos muito sério e em 1568 entrou numa luta para obter os recursos para invadir os Marrocos.

Em 1574 realizou uma jornada secreta pela África que resultou com uma loucura na Corte e entre os habitantes. O jovem rei não disse a ninguém para onde iria e o seu desaparecimento causou agitação no país. A corte pediu ao D. Sebastião para voltar, que aconteceu no fim. A razão da sua volta não foi o medo da corte, mas o facto que não tinha nenhuma oportunidade para lutar nem em Ceuta nem em Tânger. Os Marrocos tinham o medo do rei português porque pensavam que foi acompanhado pelas suas forças todas. Essa viagem malsucedida não diminuiu o desejo do rei para logo revisar a ideia. Depois da sua volta para o Portugal, D. Sebastião aceitou D. Álvaro de Castro, o líder do partido juvenil e Pedro de Alcáçova Carneiro como os seus consultores e embaixadores. Viu uma oportunidade na concessão do pedido da ajuda do rei mauro vencido Maomé, prometeu-lhe a recuperação do seu trono. Em 1576, D. Álvaro de Castro, em nome do D. Sebastião, pediu a ajuda do seu sobrinho Filipe II da Espanha. Os espanhóis não pensavam sobre uma jornada pela África, mas o Castro conseguiu combinar uma conferência com o rei espanhol. No Natal do mesmo ano, D. Sebastião apresentou o seu plano ao rei de Espanha novamente e apesar da desaprovação inicial, ele atendeu ao pedido com 50 galés e 5000 homens, porque o jovem rei queria derrotar os Marrocos na sua terra, em sua casa.

Nessa altura o país foi exausto das epidemias da peste que os portugueses sobreviveram durante do século XVI, mas perderam mais de 40 000 pessoas. D. Sebastião tinha os problemas com o recrutamento dos soldados e com a aquisição das armas e outro material de guerra. Além disso, o plano para a conquista do Marrocos não foi bem aceito pela nobreza. Só esses que eram protegidos pelo rei favoreceram a ideia da jornada. Outros não tinham a coragem a opor e a maioria que não queria fazer a parte da jornada. O problema maior que o povo português teve foi o do sucessor do trono no caso da morte do rei D. Sebastião. Por isso, quando D. Henrique, o regente do rei nos seus anos da juventude, desaprovou o projeto, D. Sebastião não teve outra opção além de mentir aos

membros da Corte. Ele disse que a vacância do trono não apresenta a ameaça verdadeira para o país, porque ele já casou, mas não podia confirmar com quem. Ele assegurou que o povo era da opinião que o país tinha o futuro garantido. A situação financeira que pareceu a uma crise nacional e desassossego da sociedade não prometiam o final feliz do grande plano do D. Sebastião. Ele não queria implementar a política defensiva e muito menos ser um imperador mais fraco do que o Filipe II da Espanha. A ideia que ele podia ser um grande herói depois do triunfo, convenceu o rei do Portugal que a derrota não é a opção e que com isso pode restabelecer poder do império.

2.3.3. *Batalha de Alcácer-Quibir*

A Batalha de Alcácer-Quibir, conhecida como a Batalha de Oued al-Makhazin ou a Batalha dos Três Reis ocorreu no norte do Marrocos, cerca de Alcácer Quibir entre Tânger e Fez. Os participantes principais foram por um lado D. Sebastião, o rei do Portugal e o seu sócio Maomé, o derrubado sultão dos Marrocos. Por outro lado foi Maluco, o novo sultão nos Marrocos. A batalha aconteceu no dia 4 de agosto de 1578, mas a jornada de D. Sebastião começou dois meses antes. Em junho do mesmo ano, a armada feita de 940 velas e 24 milhares homens, entre quais 2 milhares dos voluntários de Castela, 3 milhares mercenários da Flandres e Alemanha, assim como 600 italianos, no princípio recrutados para a batalha diferente – a invasão na Irlanda com o seu líder Thomas Stukley. Mais de dois terços dos soldados não eram satisfeitos e não queriam ser envolvidos nessa cena. A viagem teve o caminho por Lagos e Cádiz, e entrou no porto em Tânger no dia 7 de julho. O parceiro da aliança do D. Sebastião, Maomé já tentou convencer o rei português para não entrar na batalha; tal como o Moluco teve a grande desejo para evitar o encontro desagradável. No entanto, D. Sebastião, já chegando a Arzila, só 31 quilómetros de Tânger, não favoreceu a ideia da mediação sem a luta. O sultão do Marrocos tinha o exército formado de 10 milhares cavaleiros e a ajuda dos 6 milhares Mouros aliados que foram deslocados da Espanha e não gostaram dos cristãos.

A batalha durou apenas 4 horas e terminou mal pelos portugueses. O grupo sob Thomas Stukley perdeu a sua motivação quase no princípio da batalha, só minutos depois do fim do seu líder. Como os portugueses foram cercados pelos mouros, e o grupo de Stukley foi localizado no centro, as tropas portuguesas perdiam o seu núcleo. Para os portugueses a batalha acabou com mais de 8 milhares mortos, entre quais a maioria da nobreza. 15 milhares foram tomados cativos e quase 100 sobreviventes escaparam para a costa. As perdas mouras foram grandes também, não só por causa da morte dos ambos sultões. O Maomé afogou-se no rio Moczim na sua tentativa da fuga e o Moluco morreu por causas naturais e a sua doença, ainda que essa informação fosse mantida em segredo. O Moluco foi sucedido por Amade Almançor, o seu irmão que conquistou Tombuctu e o Imperio de Mali.

2.4. Período depois da morte do D. Sebastião

O corpo do rei do Portugal, D. Sebastião nunca foi recuperado. A notícia sobre a perda do rei trouxe a miséria para Portugal uma semana depois da batalha. D. Sebastião, de 24 anos de idade, foi considerado morto. Nunca se casou, que pressupôs que não teve o herdeiro. Isso levou o trono do Império Português vazio. Saraiva propõe quatro períodos em qual se podem dividir os próximos três anos do povo português. A primeira foi a realeza do D. Henrique o regente do jovem rei falecido. O segundo período incluiu a morte do D. Henrique, assim como a luta de poder entre o D. António, Prior do Crato, o neto ilegítimo do D. Manuel I e três outros pretendentes do trono – o Filipe II, rei da Espanha e o neto próprio do rei Manuel I e a D. Catarina da Bragança, duquesa da Bragança e a neta própria do D. Manuel I. Esse período foi também conhecido como período dos governadores. O terceiro período era a realeza do D. António e o ataque do Filipe II em Alcântara, que indicou a sua vitória. O quarto e o mais sombrio período pelo povo português, que começa com a aclamação do novo rei do Portugal, o rei Filipe II da Espanha em 1581. Aqui começa a integração de dois impérios da Península Ibérica.

No entanto, no início houve pretendentes para o trono de Portugal. D. António, Prior do Crato que por causa da ilegitimidade da sua relação familiar com o D. Manuel não foi apoiado pela nobreza; Filipe II da Espanha que fazia tudo para destacar os aspetos positivos da união entre o Portugal e a Espanha, mas ao mesmo tempo tinha desvantagem por ser o estrangeiro; e a D. Catarina da Bragança como o representante da independência nacional e também o fato de ser mulher, porque o Portugal nunca se encontrou nessa situação. Além de já mencionados existiam outros relativos do falecido rei D. Manuel I que consideraram o seu direito de reclamar o trono. Esses incluíam o duque da Saboia, Manuel Felisberto e o neto do rei Manuel I; Alberto Rainúncio, o bisneto do D. Manuel I e a Catarina de Médicis, a rainha da França cuja relação a família real desapareceu com o século XIII.

2.4.1. Reinado do D. Henrique

D. Henrique, o tio do D. Sebastião e o seu relativo legítimo mais próximo, substituiu-o no trono do Portugal. Nasceu em Lisboa em 1512 como o filho do rei D. Manuel I e a sua mulher, D. Maria. A vida do D. Henrique foi destacada pela sua vida religiosa. Em 1534 foi aclamado o arcebispo da Braga pelo papa Clemente VII. A titulação de inquisidor-mor de Portugal e os seus territórios ultramarinos não foi aceita pelo papa Paulo III, que lhe proclamou o arcebispo da Évora em 1540. O mesmo papa aclamou D. Henrique o cardinal do Estado Papal seis anos depois. Em 1561, quando morreu Fernão de Vasconcelos, o arcebispo da Lisboa, foi transferido para o seu último arcebispado antes da sucessão do trono.

Nessa altura foi o Cardeal da Igreja Católica Romana e não teve a intenção para obter o trono no início. Ele já tinha 66 anos e chegou a Lisboa com a intenção de apresentar as condolências pelo falecido jovem rei, tal como o seu suporte para o novo rei na libertação dos cativos da Batalha de Alcácer-Quibir. Mas a câmara de Lisboa e a Corte tiveram o plano diferente para D. Henrique. Esse aceitou o pedido da nobreza do Portugal e também prometeu fazer tudo que podia relativo à sua situação marital. Ele não foi capaz de casar por causa dos seus votos na Igreja Católica, mas precisava para obter o herdeiro. Quase cumpriu na sua intenção quando tentou casar-se com Catarina Médicis, mas o Papa Gregório XIII não o queria liberar dos votos, para segurar o apoio do Filipe II. No entanto, o reinado do D. Henrique durou apenas dois anos, até à sua morte em 1580, durante quais os concorrentes estrangeiros tentavam estabelecer as relações diplomáticas com a Lisboa e a simpatia do cardeal-rei. Por exemplo, a rainha da França pediu ajuda dos maiores consultores jurídicos desse tempo. Com o tempo tornou-se mais claro que existiam só três candidatos que dominaram nessa competição: o Filipe II, a duquesa da Bragança e o Prior do Crato.

D. Henrique reuniu as Cortes no março de 1579., quando discutiam principalmente sobre a necessidade do casamento do rei para obter o herdeiro do trono do país. A reunião chegou a fim três meses depois quando foram apresentados cinco governadores que iriam tratar com o problema da morte do D. Henrique. O grupo foi composto de D. João Telo de Meneses, Francisco de Sá, D. João Mascarenhas, D. Jorge de Ataíde e Diogo Lopes de Sousa. Ainda antes do início da reunião, o rei do Portugal teve que punir António, o Prior do Crato por seus esforços para imposição forçada dos seus direitos.

D. Henrique queria ver a segunda reunião das Cortes em Almeirim, para onde se deslocou em outubro de 1579. O povo insistiu no sistema do voto por cabeça e pressionou os advogados dos concorrentes do D. António, Prior do Crato combater fortíssimo essa opção por causa do medo da vitória do Prior do Crato. O rei português foi da opinião que a D. Catarina fosse a melhor escolha para o seu sucessor. Filipe II não favoreceu o curso do pensamento do D. Henrique e intimidou o rei português com uma ação militar. Isso levou cada um numa posição desagradável: D. Henrique com a doença progressiva e sem sucessor escolhido, Filipe II com o desejo da aclamação baseado na lei que definiu o herdeiro do trono determinado como o mais próximo relativo masculino, D. Catarina só com a grande representação e D. António com Lei sálica como o apoio da sua candidatura que foi usado quando D. João I foi aclamado o rei do Portugal, como o filho ilegítimo do D. Pedro I. No princípio do 1580 D. Henrique declarou que não queria nomear o seu sucessor e no dia 31 de janeiro de 1580 morreu. As opiniões do D. Henrique eram influenciadas pelo medo do Filipe II e o facto que a maioria dos seus conselheiros suportava o casamento de dois países porque consideravam isso um ato da preservação do futuro

do Portugal. Podia facilitar a Casa da Bragança, que tinha tudo o direito para a coroa. Com isso acabou o período do reinado do D. Henrique, cardeal-rei.

2.4.2. *Período dos governadores*

No grupo dos governadores existiam as opiniões diferentes sobre o herdeiro legítimo ao trono português. D. Jorge de Ataíde, arcebispo de Lisboa que era defensor da D. Catarina da Bragança, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa que ruidosamente suportavam Filipe II e D. João Telo de Meneses, como o único apoiante do D. António, Prior do Crato. Antes da reunião das Cortes em Almeirim em maio de 1580, Filipe II tentou provocar a sua aclamação com um documento através do seu embaixador Cristóvão de Moura, mas não conseguiu. O grupo dos governadores tinha a intenção de propor o Filipe II como o descendente próprio, porém declarou que nada se pode decidir sem a representação das três partes. Como Ataíde caiu doente, Telo de Meneses retirou-se porque não gostava da maneira em qual a situação resolveu. As próximas Cortes foram marcadas em Setúbal, ainda que os representantes dos três estados foram em Santarém.

A Duquesa da Bragança, D. Catarina e António, o Prior do Crato estavam num pacto com o objetivo para obter a independência do país e evitar a união com a Espanha. O marido da D. Catarina não queria fazer parte no plano da defesa do reino português junto com D. António. Filipe II ofereceu-lhe o casamento do seu filho Diego com uma das suas filhas, a posição no *Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, o reino do Brasil e a autorização para mandar um navio para a Índia. O Duque da Bragança declinou o propósito do Filipe II sobre a influência da sua marida. D. António foi o escolha óbvio para pretendente do trono. Ele costumava usar a corrupção para persuadir a aristocracia que o seu reinado era o caminho a seguir, porque a nobreza do Portugal em geral foi da opinião que a junção dos impérios foi a boa decisão. Os representantes do Filipe II declinaram deslocar em Setúbal e D. António, como o líder que iria manter a independência na Europa e a governação autónoma.

2.4.3. *Reinado do D. António, Prior do Crato*

D. António, o Prior do Crato nasceu em 1506 como o filho ilegítimo do Luís de Portugal, Duque de Beja e o filho do D. Manuel. Não são conhecidos muitos fatos sobre a sua mãe, mas acredita-se que foi uma cristã-nova e que morreu como uma freira em Santarém. Depois da educação em Coimbra, ele entrou no Ordem do São João e foi nomeado o Prior do Crato. Acompanhou o rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir onde foi cativo pelos Marrocos. Graças às suas mentiras, D. António negociou a sua libertação. Em particular a uma no qual os mouros lhe perguntaram o que foi a cruz do São João que tinha na sua farda e ele respondeu que é o presente do Papa que iria perder se não

voltar à Lisboa até o início de 1579. Infelizmente ele não esteve presente no momento no que D. Henrique sucedeu o rei D. Sebastião, mas investiu grandes esforços para aproveitar a oportunidade de ser o rei do Portugal. A explicação das raízes da sua pretensão no trono era baseada no Lei sálica, que foi usado na proclamação do D. João I no século XIV, o filho ilegítimo do Pedro I de Portugal. Alguns historiadores acreditaram que a mãe do António foi Violante Gomes, a filha do Pedro Gomes de Évora e que se casou com o seu pai em segredo em Évora. Procurou pela prova que os seus pais foram casados depois do seu nascimento, mas nunca obteve tal documento.

Após ser aclamado como o rei do Portugal, D. António reinou apenas 20 dias antes do primeiro ataque de Filipe II. Em junho de 1580 Santarém recebeu a informação sobre a invasão do Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, duque da Alba no Alentejo. O rei António sentiu-se escolhido para defender o território e a sua intenção foi bem-recebida no reino. Conseguiu reunir o povo numa luta contra os espanhóis apesar das circunstâncias graves no país. A crise de 1580 foi no nível da moralidade e a confiança da sociedade. As famílias nobres do Portugal ainda tinham preferências diferentes para o herdeiro do trono. Uma parte suportava Filipe II desde o início, outras preferiam D. Catarina e só alguns favoreciam D. António. Além disso a crise podia se sentir nos aspetos económicos, nas deferências entre os cidadãos. Existia a burguesia, composta dum grupo pequeno de comerciantes internacionais ou aqueles interessados no Brasil. A falta de metal nobre também consolidou a crise, porque Filipe II ofereceu a parte dos seus recursos, que reforçou o apoio da burguesia.

Convenceu a cidadania que Filipe II não foi um pretendente legítimo para o trono, mas um intruso com o desejo de ser o rei do Portugal. Nessa altura, os restantes dos cinco governadores, em particular os três em Setúbal contribuíram à *proclamação de Castro Marim* com uma parte que anunciou Filipe II da Espanha como o rei de Portugal. Esse ato afetou a parte da sociedade pronta para obedecer os espanhóis e que acreditou só aos governadores. Breve ocorreu a Batalha da Alcântara, onde D. António foi derrotado pelo Duque da Alba em 1580. O mesmo duque controlou o Alentejo e a costa do Algarve até a barra do rio Tejo, onde foi localizado D. Álvaro de Bázan. Eles foram os maiores guerreiros do Filipe II que afirma suposições sobre o medo que o rei teve do poder dos portugueses. A pequenez do exército do D. António foi visível na perda de Cascais, Caparica e Belém. Depois situou o resto dos seus homens na ribeira de Alcântara e esperou ao Duque da Alba. D. António foi derrotado no dia 25 de agosto de 1580. Dois dias depois o Duque da Alba entrou em Lisboa, que foi o ato decisivo da vitória do Filipe II.

Depois ele tentou reinar em Portugal, a partir duma ilha no arquipélago dos Açores. Estabeleceu a sua base nos Açores até o ano 1583. O seu reinado teve apoiantes nos

Açores, como Ciprião de Figueiredo e Violante de Canto. Em 1581 fugiu para a França onde foi Catarina de Médicis, que imaginava que foi a rainha do Portugal. Ajudou obter os recursos para a expedição, entre quais e homens – principalmente portugueses exilados e homens da França e a Inglaterra. Entrou numa batalha com o Álvaro de Bázan, marquês de Santa Cruz de Mudela em Espanha e foi derrotado na Batalha da ilha Terceira em julho de 1582. Prior do Crato voltou à França e vivia perto de Paris, antes da sua fuga à Inglaterra, onde continuou as suas tentativas para reinar o Portugal. Depois da sua volta a França, onde sobreviveu com a pensão social, morreu em Paris em 1595.

2.5. Filipe I de Portugal

Quanto ao território e ao poder, a Espanha foi a maior durante o reinado do Filipe II. Ele foi aclamado como rei da Espanha, do Portugal, de Nápoles e da Sicília, o soberano das Dezassete Províncias de Holanda e o duque de Milão. Por causa do seu matrimónio com a Maria I, também ocupou o lugar de rei *jure uxoris* da Inglaterra. Às vezes o período do seu reinado chama-se o *Século de Ouro* por causa da sua grandeza e da sua influência. Reconhecido como o líder do império onde o sol nunca se põe, Filipe II foi nomeado *O Prudente*, com o território do seu país no cada continente conhecido aos europeus.

Filipe II da Espanha foi o filho do emperador Carlos V do Império Habsburgo e a Isabela de Portugal, neta do Fernando II de Aragão, o rei *jure uxoris* da Espanha. Nasceu em Valladolid, capital do império espanhol desse tempo e *de facto* capital da comunidade autónoma Castela e Leão, onde vivia durante a sua infância. Juan Martínez Silíceo, o arcebispo do Toledo e o tutor do Filipe, teve grande influencia no jovem rei, tal como a vida na corte. O Filipe nunca se sentiu como Habsburgo, apesar de ser o arquiduque da Casa do Habsburgo. Sempre considerou ser espanhol, o espanhol a sua língua materna e preferiu a vida na Espanha. Apesar de falar latim e português, nunca se tornou um poliglota como o seu pai, o imperador do Império Habsburgo.

A sua mãe, a rainha Isabela educava jovem Filipe que foi muito próximo com as suas irmãs – María e Juana. A maioria dos seus educadores acompanhavam o rei Filipe durante toda a sua vida, como na parte da privada, tanto na parte da vida política, em particular Luís Requesens, Rui Gomes da Silva, e o seu secretario, António Perez. O padre do primeiro e o comendador da Castela, Juan de Zúñiga assistiu o treino nas artes marciais, enquanto o Duque da Alba educou o jovem rei sobre as técnicas militares. Filipe começou a sua formação política sob o seu pai. Carlo V, concluindo que o seu filho era muito estudioso e sério, aclamou o Filipe o regente da Espanha em 1543. No mesmo ano casou com a infanta D. Maria, a filha do rei do Portugal, mas o casamento não durou muito. A morte da infanta portuguesa tornou o jovem rei da Espanha viúvo já dois anos depois. Filipe começou a reinar o império mais grande no mundo com 16 anos, com o

aconselhamento do Francisco de los Cobos y Molina e Duque da Alba. O imperador Carlo deixou as instruções para ajudar o seu filho na sua regência, com uma lista das palavras que continuavam a influenciar o Filipe II cada vez mais forte através do seu reinado - devoção, paciência, humildade e desconfiança.

Filipe II passou os primeiros anos da sua regência na Holanda, antes da sua volta à Espanha. Governar o Império Habsburgo e o da Espanha foram trabalhos muito diferentes. Enquanto a Holanda foi a monarquia unitária, a Espanha foi composta das partes quais tinham o seu governo e Filipe frequentemente teve os problemas com a implementação das suas legislações. Teve dificuldades especialmente com Navarra, o reino invadido por o seu antecessor Ferdinando de Aragão em 1512. Após o cancelamento do casamento entre Filipe II e a filha da herdeira do rei de Navarra, Joana III de Navarra, Carlos propôs a restituição do reino. A Espanha não foi nas boas relações com o rei de Navarra e a sua filha, nem como As Cortes de Navarra por causa da violação de *pactum subjectionis*¹. As Cortes de Aragão acompanharam Navarra nestas acusações. Eles não queriam um governador que não foi coroado numa cerimónia própria. Os seus problemas com os mouros, acabaram com a expulsão dos mouros de Grenada depois de Rebelião das Alpujarras em 1569.

2.5.1. União Ibérica

A União Ibérica foi a união pessoal dos impérios português e espanhol após da morte do Rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578. A união foi constituída pelas partes continentais do Portugal e da Espanha, das suas colónias e dos territórios marítimos sob os reis Habsburgo, começando com o Filipe II da Espanha. Ele foi coroado como Filipe I de Portugal em 1581. Assim mesmo iniciou a Dinastia Filipina. A Corte espanhol respeitou os direitos dos portugueses referentes à autonomia do país e dos seus territórios. Alguns destes incluíram as posições nos cargos públicos reservadas pelos portugueses e a autonomia na administração do país. Os casos importantes foram apresentados em frente do Conselho de Portugal, estabelecido em 1583 em Madrid. Os níveis de poder foram: o *Conselho de Estado de Lisboa* (o grupo dos conselheiros que aconselhava o rei sobre as questões, em particular internacionais), a *Mesa da Consciência e Ordens* (o conselho para as questões religiosas e militar, com as cortes da Inquisição em Évora, Coimbra e Lisboa), o *Desembargo do Paço* (o corpo mais influente da vida judicial do Portugal, com a tarefa mais importante de designação dos juízes), e no fim a *Casa da Suplicação* e a *Casa do Cível* (tribunais reais do recurso, o primeiro para os casos criminais e o segundo para os civis). Ainda que no princípio da união de dois

¹ A constituição dum governo não democrático, no qual uma unidade passa a sua administração a um governante que vai reinar como ele próprio

impérios a corte da Espanha promettesse respeitar Portugal na sua autonomia, durante os anos do Filipe III de Portugal (também conhecido como o Filipe IV da Espanha) tornou-se óbvio que o rei teve o outro desejo. Portugal foi obviamente subordinado à coroa espanhola e podiam se ver as tentativas para reduzir o poder do Estado português e para fazer do país uma província espanhola. A situação melhorou com o reinado do Filipe III, que não foi ambicioso nesse sentido.

Durante todo o tempo do reinado da Espanha, a Casa de Bragança foi presente na vida formal de Portugal. O filho da D. Catarina, D. Teodósio II foi considerado um símbolo do retorno da independência portuguesa. Ele pretendeu assumir a posição do vice-rei de Portugal, mas nunca conseguiu. Entretanto, ele marcou em grande medida na vida cultural e artística. Instalou a Casa de Bragança no foco da imagem do centro cultural que apoiou o fortalecimento da Restauração, um novo movimento em Portugal. A Restauração foi uma nova forma de ser português, um projeto de todos os portugueses em total organizados volta dos motivos numerosos, como a defesa da nova dinastia portuguesa, a Casa da Bragança e a união do Norte e do Sul de Portugal. O filho do Teodósio II, o 8º duque da Bragança e o próximo rei D. João IV, foi coroado o rei de Portugal no dia 1 de dezembro depois do revolta da nobreza de Portugal. O organizador do ataque foi o grupo nomeado *Os Conjuradores*. Eles foram os 40 membros da nobreza portuguesa e do partido nacional durante do tempo da União Ibérica. Mataram o secretário Miguel de Vasconcelos e cativaram a Duquesa de Mântua, a vice-reina de Portugal e aclamaram o rei novo. Não podia ser o melhor momento, porque as forças do Filipe III foram ocupadas nas batalhas de Guerra de Trinta Anos.

A notícia da libertação de Portugal da coroa espanhola espalhou muito rápido. e imediatamente após as preparações para a guerra começaram. O rei de Portugal criou o Conselho da Guerra em 1640 e o grupo da defesa das fortalezas nas fronteiras. Nos próximos anos introduziu os impostos para financiar a defesa do território, reestabeleceu as leis militares do D. Sebastião e tentou fortalecer as relações com a Inglaterra. D. João IV ofereceu a paz à Espanha muitas vezes, mas isto ocorreu 28 anos depois, durante a governança do seu filho Afonso VI. Durante o próximo século, os ingleses, os holandeses e os franceses aumentaram a pressão nos pontos comerciais portugueses no Atlântico, causando o decréscimo do lucro de comercio dos escravos e as especiarias. Então os portugueses eram dependidos das suas colonias, em particular da Índia e do Brasil. Por causa da guerra com os holandeses, os portugueses invadiram a Asia, a América do Sul e o Japão. Isso resultou com a perda do poder no Brasil. Quase todos os fortes foram na guerra com os holandeses e esses sabiam como utilizar a situação. Conquistaram vários territórios dos portugueses no Brasil e ocupavam los até a Secunda Batalha do Guararapes em fevereiro de 1649.

3. Sebastianismo

3.1. Atmosfera na sociedade nos séculos XV/XVI/XVII

A atmosfera na sociedade depois dos descobrimentos foi muito positiva. Portugal teve uma transformação dum pequeno país ao império mundial e isso se sentiu na sua mentalidade. Os portugueses tiveram os seus heróis que foram presentes, reais e do reino português como Afonso Henriques e Vasco da Gama. Não foram imaginados e transferidos do qualquer outro império antigo. Com o início do reinado do D. Manuel I começou o período conhecido como o *Século do Ouro*. Os portugueses começaram apreciar o conhecimento do novo mundo ultramarino e não foram muito ligados com a cultura deste tempo na Europa. Portugal era isolado culturalmente e começou a apreciar os pilares que Serrão definiu como três: a valorização dos valores antigos, a adesão a um novo espírito, a aliança do legado clássico e a expansão marítima.

A religião foi presente em todos os aspetos da vida da sociedade portuguesa e o fato que Portugal era um país sacral não se pode negar. Durante do período *de Quinhentos*, a cultura de Portugal foi considerada atrasada no campo cultural europeu. Não existiam as inovações e pouco esforço foi dado à experiências científica, que afinal não foi apreciada. Do outro lado, o profetismo foi celebrado, tal como os profetas. O Bandarra, o autor da “bíblia dos sebastianistas” (Machado Pires, 65) – *As Trovas*, Simão Gomes e Luís Dias foram alguns de aclamados pregadores. O último foi um alfaiate que criou o mito do salvador que morreu no fogo, morto pela Inquisição na metade do século XVI. O profeta que ganhou o grande público em 1526 foi David Rubeni que chegou com o nome do *chefe condutor dos Hebreus à Terra Prometida*. A maioria dos cristãos-novos aceitaram as suas profecias. Um dos seus seguidores mais grandes foi Diogo Peres, que adotou o seu novo nome de Salomão Malco e durante o seu tempo apoiou o movimento do pensamento em toda Europa. A morte do jovem rei Sebastião deu espaço ao desenvolvimento do sebastianismo, uma das formas do messianismo português.

Durante o reinado da coroa espanhola sobre o povo português entre o 1580 e 1640, Portugal não perdeu o seu pensamento positivo e nunca parou de acreditar na sua independência no futuro. A sua mentalidade guerreira e o desejo de desenvolvimento continuaram a espalhar entre o povo português durante os anos da União Ibérica. Portugal prosseguiu com a aquisição dos bens materiais e a aumento do número dos seus habitantes. Então, o Portugal não teve as razões sociais e económicas para explicar a sua revolta pelos espanhóis. A sua consciência do Estado inferior e a perda do poder nas questões essenciais sobre os seus cidadãos consideraram-se os princípios do pensamento sobre a nova independência.

Os portugueses começaram a criar a atmosfera da exaltação no século XVII, depois de 1640. A sua opinião, depois da libertação do império espanhol, foi que a sua resistência pelos espanhóis provou o seu poder. Os espanhóis podiam dominar todos os outros povos, mas os portugueses foram capazes para defender-se. Os gramáticos celebravam a língua portuguesa, como se fosse uma língua universal, como latim. Os académicos acreditavam que um português podia dar mais para a outra pessoa, mais que um romano. Foi criada uma situação onde o Portugal foi comparado com o Império Romano, em todos os aspetos, como o povo eleito.

3.2. História do messianismo português

Sebastianismo é a forma do messianismo ligada com o mito português que se consolidou depois da morte do D. Sebastião. Mas o início do sebastianismo podemos já ver nos anos antes da regência do jovem rei. Em 1530, o rei português, D. João III ofereceu a vila de Trancoso ao seu irmão, infante D. Fernando, depois do casamento dele. Os funcionários do território não aprovavam esta situação e entraram nos negócios com a coroa portuguesa, porque não queriam ser sob a regência de um homem cuja permanência dependesse deles. Os moradores da vila de Trancoso queriam voltar sob a governança do D. João III por causa do medo do rigor do regime do irmão do rei português. A situação resolveu-se depois da morte do infante D. Fernando, quando a vila do Trancoso voltou sob a coroa do rei português.

Gonçalo Anes Bandarra vivia em Trancoso durante dos anos da revolta contra o D. Fernando. Acredita-se que nasceu em 1500 na vila de Trancoso e trabalhava lá como um sapateiro, ainda que muitos factos da sua vida não sejam fiáveis. Bandarra foi influenciado pela Bíblia, que li a português e muitas obras dos profetas espanhóis, como Santo Isidoro e Juan de Rocacelsa, tal como a literatura tradicional e os mitos espanhóis. Em particular, os mitos orais que celebravam as críticas da sociedade e o abuso do poder da corte combinados com a história do *Rei Encoberto* que iria vencer o Império Otomano e criar um império mundial. É considerado que o Bandarra não foi um ótimo escritor e também tinha os problemas com a compreensão das histórias, mas com o desejo de ter a sua obra própria. A obra que criou foi repleta das palavras, as frases e símbolos que se podiam entender nos sentidos vários. A mensagem que o Bandarra queria transmitir foi o pedido pelo rei português para ajudar o povo da vila de Trancoso que se enfrentou com as aspirações do infante D. Fernando. O público do Bandarra na maioria incluía os cristãos novos e ele começou a divulgar a palavra sobre a sua obra no tempo da Inquisição. Ele visitou a Lisboa duas vezes, com a intenção de obter mais seguidores pela

sua obra, conhecida como *As Trovas*². Depois da sua segunda visita, em 1540 foi acusado da provocação da revolta entre os judeus. A corte disse que as suas linhas podiam ser interpretadas no sentido judaico e que era impossível para um homem analfabeto interpretar os textos bíblicos. Foi punido na forma da renúncia pública das suas palavras. Como os pontos mais importantes das *Trovas* podemos destacar os seguintes: ele usava os textos religiosos e histórias peninsulares como a base da sua obra, a implementação do mito espanhol sobre o rei *Encoberto*, tal como o mito do cavaleiro rei Artur que foi muito reconhecido na cultura portuguesa.

As Trovas foram dedicadas ao rei D. João III no início, mas durante a sua realeza tornou-se evidente o facto que esse rei não iria ser o rei esperado. Ele abandonou todas as suas promessas sobre o fortalecimento do império português e foi obvio que D. João III não teve o poder para estabelecer nenhum Império Mundial. *As Trovas*, como uma obra literária superou esse tempo no qual o texto original foi perdido e alterado. Esse tempo já não seja o período do sebastianismo. Com a morte do jovem rei desejado, D. Sebastião em 1578, o novo sentido da obra do sapateiro da vila de Trancoso foi reconhecido. A interpretação dos textos do Bandarra, João de Castro incentivou a popularidade crescente do messianismo. D. Sebastião morreu nas circunstâncias misteriosas na Batalha da Alcácer-Quibir. O corpo dele nunca foi encontrado nem visto, exceto alguns testemunhos da vista do jovem rei depois da batalha, como este do D. Henrique. Alguns historiadores acreditam que foi uma desgraça declarar que um militar viu a morte do rei, mas não fazer tudo para salvar o imperador, mesmo pagado com a sua vida própria. A corte do Portugal não explicou o desaparecimento do rei para o povo, talvez para obstruir qualquer tentativa da revolta da sociedade. Tudo isso causou uma leitura diferente da obra do Bandarra e D. Sebastião foi aceita como *Rei Encoberto* que iria salvar o império português. O Bandarra foi aclamado santo no século XVII pelo arcebispo da Lisboa e o rei corrente, D. João IV deu a promessa ao povo português que iria denunciar o trono, se D. Sebastião voltasse. A nobreza suportava a crença na volta do D. Sebastião, que lhe elevou no nível da nacionalização do messianismo judaico. O sebastianismo, como foi nomeado esse fenómeno, permaneceu o tempo da tentativa do enfraquecimento do seu poder mental. Alexandre de Gusmão ofereceu a explicação alternativa sobre os dois grupos diferentes dos seguidores. O primeiro é o grupo dos judeus que esperavam pelo Messias religioso e o outro era dos seguidores do D. Sebastião próprio.

Um dos pregadores mais altos do sebastianismo foi padre António Vieira, um jesuíta de Lisboa que passou a sua infância e juventude no Brasil onde se ordenou. Ele foi o diplomata e o autor de mais 200 textos que formam a grande parte da prosa portuguesa. O

² A obra do sapateiro Gonçalo Anes Bandarra que fala da profecia do Portugal como Quinto Império e o D. Sebastião como o rei Encoberto

padre António teve essa ideia da união dos cristãos e os judeus num novo império com a igreja universal sem os pecados da história. O rei foi João IV, o primeiro imperador português depois da libertação da coroa espanhola. Acompanhou Vieira na sua esperança do Messias. Essa colaboração mudou a atenção de D. Sebastião ao rei português corrente. Vieira proferiu que o D. João IV iria ser o imperador do Quinto Império, do que fala na sua obra *História do Futuro*. Infelizmente, o rei português faleceu antes da realização das profecias e isso levou o povo crer que D. João IV foi *o encoberto*; mas sem a ressurreição do rei, a Inquisição decidiu perseguir Ihe até o fim da sua vida.

O sebastianismo apareceu durante o tempo do Marques de Pombal, antes do tempo das invasões franceses em Portugal no século XIX quando ocorreu de novo. A secularização da educação e a criação das empresas públicas foram só alguns das reformas que usava para fortalecer a atmosfera messiânica. No século XIX, J. A. Neves escreveu sobre o estado da sociedade no país qual não permitiu a diminuição do volume da sua crença. Os miradouros através da cidade de Lisboa eram cheios do público esperando pela volta do seu rei *desejado*. As opiniões sobre onde fosse D. Sebastião foram diferentes. Alguns acreditavam que teria de aparecer numa luta com o Napoleão perto da Évora, outros pensavam que o rei estava escondido num dos navios russos. O sebastianismo espalhou se pelo Brasil também, mas na forma da esperança pelo libertador dos miseráveis e pobres. Na história recente, o sebastianismo é presente através da literatura e a arte, como nas obras do Fernando Pessoa.

3.3. Sebastianismo

O sebastianismo é universalmente aceite como uma forma do messianismo com a base num mito. O messianismo é uma crença cega na chegada dum salvador, que vai ser capaz levar o povo a um novo período da tranquilidade e prosperidade. Isso pode ser numa forma positiva, quando o salvador iria assegurar a paz e a riqueza do povo, ou numa forma negativa, onde o povo precisaria a salvação da ameaça. É importante dizer que, segundo Machado Pires, o nosso juízo e trocado pela crença formando a base do mito. Então, a crença não se pode analisar logicamente, porque o nosso raciocínio não funciona em seu conjunto.

Mas existe mais de um fator que podem ajudar com a classificação do sebastianismo como a crença. O messianismo pressupõe credo no mito da chegada dum Messias, que normalmente seja característica dum crença religiosa. O número dos seguidores e a extensão grande deste fenómeno são o ponto comum neste análise, porque são a prova da dimensão que o sebastianismo atingiu. Em Portugal, o messianismo entrou na cada parte da sociedade, tornando o país num império não secular. Isso não é nada inespe-

rado, porque o messianismo não pode permanecer numa sociedade que não é influenciada por uma crença religiosa. A maioria dos portugueses eram os cristãos que aceitavam com braços abertos o mito judaico sobre o salvador que único pode recuperar o tudo o que povo português perdeu. Ainda que pudesse ser considerado como um termo geral do messianismo em Portugal, o sebastianismo começou com a morte do rei D. Sebastião. A luta sobre o trono português, na qual Portugal podia perder muito, começou no mesmo momento. A união ibérica foi cada dia a opção mais provável e a sociedade portuguesa entrou em pânico. Foi isso o princípio do sebastianismo, pelo menos a sua primeira fase.

O sebastianismo teve várias fases durante e depois da vida do D. Sebastião. Após a morte do jovem rei português, apareciam muitos que pretendiam ser aclamados como o *Encoberto*. Dignos de nota são o rei de Penamacor, o rei da Ericeira, e o pasteleiro do Madrigal, mas um dos mais importantes é Marco Tullio Catizone, um impostor que dizia a ser rei D. Sebastião. No princípio do século XVII, Manuel Bocarro Francês revelou a volta do salvador. Ele foi o grande apoiante do sebastianismo e no seu poema dedicado ao rei Filipe III de Portugal apresentou um tom muito sebástico. A Corte não reconheceu esta obra e Bocarro foi preso por algum tempo.

As Trovas, a obra do Bandarra de 1556 foi sempre a base do mito sebástico. Então, as edições criadas durante da época da Restauração, mudaram o foco do D. Sebastião para o D. João IV. Essa variação do sebastianismo é muito importante por causa a extensão da sua influência. A fase começou na medida do século XVII com a edição de *As Trovas de Nantes* e a definição da *interpretação bragantina*, a qual identificou o *Encoberto* como D. João IV. A edição de *As Trovas do Porto*, publicada em 1866 produziu uma lista de seis pontos comuns entre o *Encoberto* e D. João IV. D. João foi o escolhido rei depois da libertação da união ibérica, que foi de uma família real portuguesa, foi do nome João e menos de quarenta anos quando foi eleito, tal como tinha um irmão que era um bom capitão. Na opinião do autor, essas eram as razões suficientes para igualar os dois. Temos que lembrar que o D. João IV foi um imperador no tempo da libertação do povo da opressão e da libertação do espírito nacional. Não foi difícil criar uma situação excitante. Os reis depois de D. João IV são menos importantes para a história do sebastianismo. Em fim, os ortodoxos ainda creem só na volta do próprio D. Sebastião e não aceitaram as outras opções.

3.3.1. Padre António Vieira

Depois da Restauração, padre António Vieira apresentou a sua obra famosa *Esperanças de Portugal, Quinto império do mundo, primeira e segunda vida de el rei D. João o quarto*,

escritas por Gonçalianes Bandarra e comentadas pelo padre António Vieira, que escreveu para o bispo do Japão. Como se pode ver do próprio título, Vieira anunciou a ressurreição do rei D. João IV depois da sua morte em 1656. Vieira exprimiu a grande aspiração de cristianizar através do mundo, mas foi acusado pelo inquisidor Alexandre da Silva por uma previsão dum império espiritual e temporal na mesma altura. Quinto Império iria herdar os quatros que o precederam: Assírio-Babilónico, Persa, Grego e Romano. Vieira baseou as suas profecias no seu conhecimento dos textos da Bíblia, tal como no seu vasto conhecimento teológico.

3.4. Raízes do sebastianismo

Não existe um povo, uma sociedade, um grupo religioso sem a sua própria hermenêutica. Cada deles tem uma maneira da interpretação dos textos bíblicos e filosóficos, porque a hermenêutica pressupõe a história. Kant disse que “mitologia, sem história é vazia e a história sem mitologia é cega” (Lourenço 1997, 14), então a hermenêutica criou a mitologia que nos alguns níveis corresponde com a história. Isso é um ciclo que define um povo. O mito messiânico sobre o rei D. Sebastião foi uma criação hermenêutica dos acontecimentos históricos e a literatura oferecida que servia como base para o mito. Isso criou sebastianismo, que tinha duas funções. A primeira foi usada como a maneira da negação da realidade, porque não envolveu um futuro brilhante para o povo português, com a perda do D. Sebastião e da independência. A segunda função do sebastianismo foi a aclamação do povo português um povo messiânico e confirmação da missão dos portugueses. A sociedade de Portugal foi muito influenciada pelo cristianismo, manifestado através da cultura portuguesa. Eles tinham uma postura defensiva pelos valores do cristianismo. O sentido do individualismo não apareceu até aos Descobrimentos, quando o cidadão se tornou no “sujeito de um novo Portugal” (Lourenço 1997, 32). Os portugueses foram conhecidos como exploradores interpretadores, mas também como sonhadores e inventadores e no romantismo começou uma volta a Portugal nos termos culturais.

Termo *Messias* é da origem bíblica e foi dado aos imperadores e clérigos, que normalmente foram ungidos. No primeiro século antes do Cristo, a palavra *Messias* adotou o significado do *salvador*, a pessoa que foi prometida ao povo desde os inícios. Essa pessoa foi realizada no Jesus Cristo para os cristãos, porque tinha qualidades dum rei e também ao do clero. Muitos mitos e formas do messianismo tinham as raízes na cristandade, porque todos os messianistas tinham a sua interpretação da literatura. Eles adaptavam a literatura aos seus desejos e necessidades, acompanhando a com as suas obras proféticas. Não é estranho que as esperanças dos judeus fossem baseadas nas esperanças messiânicas, mas para os cristãos, a morte do Jesus Cristo foi a salvação definitiva.

Joaquimismo foi o movimento liderado pelo Joaquim de Fiore, um sacerdote de convento na Calábria no século XII. Ele ofereceu a divisão da história da Igreja nas três fases consecutivas, com a primeira a do Pai que durou no tempo antes do nascimento do Jesus Cristo e destacou-se pelo poder. A segunda fase foi a do Filho, relacionada com o Jesus Cristo, a fase na qual aconteceu a revelação do secreto divino ao público. A fase do Espírito Santo, a terceira e a última frase, refere-se a um Império do Espírito Santo que vai vir no futuro. Nesse período não há necessidade pelas leis e prescrições, porque tudo que é divino é parte da divina inspiração e acessível a cada cristão. As profecias do Joaquim eram diferentes, mas uma que se parece interessante para esta análise é a do *papel do Rei justo e piedoso*. Essa disse que um imperador mundial tinha que dominar, no sentido do poder, os muçulmanos e fornecer um império cheio da paz e justiça. Esse fenómeno entrou em Portugal e criou uma situação agradável para o desenvolvimento do messianismo sebástico.

Os pensamentos do D. Sebastião e a maneira da sua governança no sentido político podem oferecer a descrição das raízes do sebastianismo. A educação religiosa combinada com o entusiasmo de um adolescente instalou no rei D. Sebastião o sentimento da necessidade de ser grande. Nos *Pensamentos* guardava os seus princípios pelos quais reinava e vivia. Esses incluíram a consciência continua da presença do Deus, propagação da fé cristã e o princípio da justiça que castiga os males e celebra os bons. Todos esses princípios foram justificados no seu plano da jornada pela África. A viagem para a África foi anunciada como um combate contra os muçulmanos e uma maneira da divulgação da religião cristã. Só os sócios mais confiantes sabiam que o rei adolescente teve objetivos diferentes que queria atingir com a execução daquela viagem. Segundo Machado Pires, as intenções do D. Sebastião podemos classificar em dois pontos – o domínio do Mediterrâneo até a costa no norte da África que assegurasse o comercio livre e a libertação das suas rotas da ameaça dos piratas, e o desejo de ser grande e obter um reconhecimento universal. D. Sebastião viu isso como uma oportunidade para obter a glória eterna, mas ainda mais importante, isso foi uma oportunidade para ganhar o poder para a competição com o seu tio, o rei da Espanha.

4. Pensamentos dos portugueses sobre o sebastianismo

Muitos teóricos do sebastianismo, historiadores e académicos tentavam explicar esse mito que diluiu o pensamento do povo português. José Agostinho de Macedo foi um deles, com a sua obra famosa *Os Sebastianistas, Reflexões sobre esta ridícula seita*. Macedo ofereceu a descrição das três gerações dos sebastianistas, que começou com a primeira que não creia na morte do rei Sebastião e esperava pela oportunidade para vingar o povo marroquino em Alcácer-Quibir, passar por Palestina e voltar ao Portugal

como vencedores na batalha com Filipe I de Portugal. O plano continuou com corrida até a Espanha e aclamação de D. Sebastião como o *senhor da Monarquia Castelhana*. A segunda geração correspondia a fase da Restauração e proclamação do rei D. João IV como o *Encoberto*. A terceira reuniu os crentes na época das invasões dos franceses. Macedo nos também deu a explicação da classificação dos sebastianistas nas quatro categorias: o mau cristão (por causa da sua profanidade e a premência para obter o mito vivo), o mau vassalo (por sua defesa da influência da realidade que D. João IV é o legítimo rei), o mau cidadão (por causa das suas alterações na forma da sociedade português) e o maior de todos de tolos (porque acreditavam nos muito profetas e são prontos aceitar o absurdo maior no mundo), quais são todas as ridiculizações dos sebastianistas. A sua crítica é representante da reação à exageração dos sebastianistas, não da nega à sua existência.

O poeta Afonso Lopes Vieira escreveu sobre o sebastianismo e o mito do falecido rei D. Sebastião através das suas obras numerosas. O poema mais importante é “O Encoberto” do livro *Ilhas de Bruma*. No poema podemos destacar o sonho do “futuro sem tempo nem espaço, o mesmo sonho de além” (Machado Pires 1971, 100). Criou uma fórmula perfeita para a salvação do povo português, tal como definiu essa crença como a religião do Encoberto. Ele definiu o *Encoberto* como “o símbolo da renovação de Portugal” (Machado Pires 1971, 101).

Enquanto Vieira definiu o sebastianismo como uma religião, Oliveira Martins não iria tal longe nos seus comentários. Ele disse que o mito sebástico foi um mito cultural, porque consistiu dum sonho e duma prova da nacionalidade. Pensavam diferente sobre a extensão desse fenómeno também. Vieira viu o sebastianismo como uma religião patriótica, apresentando a figura do *Encoberto* como o símbolo novo. Mas Martins persistiu na sua crença no sebastianismo como um messianismo universal que envolveu “o sonho do rei universal, melhor ainda, de realeza universal” (Martins 1997, 138). Oliveira Martins alegou que a história do Portugal ofereceu bastante espaço para o nascimento do qualquer fenómeno. A cidadania de Lisboa viveu na riqueza e na prosperidade, que diminuiu até ao reinado do D. Sebastião. Com as ameaças de peste e a diminuição de número dos habitantes, tal como a diminuição do valor da moeda, a atmosfera no princípio do reinado do jovem rei não foi otimista. O estado mental da sociedade portuguesa não foi o melhor e a mente dos cidadãos podia ser facilmente influenciada. Depois da morte do D. Sebastião o povo português estava depressivo e pronto a acreditar num milagre na qualquer forma. Oliveira Martins proclamou o povo de Portugal nesse estado como os Macabeus de 1580, o povo perdido o sentimento da sua realidade.

Monteiro da Fonseca publicou *Resposta Q se deu em 1714 a quem fez a seguinte pergunta – Devemos ainda hoje esperar pelo Senhor Rey Dom Sebastião?* (Machado Pires

1971, 155). Isso foi um documento de defesa do sebastianismo com as provas dos pontos mais importantes do fenômeno. Alguns dos mais importantes pontos discutidos eram a questão da morte do rei jovem na Batalha de Alcácer-Quibir ou só fosse ferido e escapasse ou se afogasse na tentativa da fuga. Fonseca disse que o número das pessoas que faziam parte na batalha foi tal grande que ninguém podia afirmar que o rei morresse. Também, o fato que o tempo entre a batalha e a chegada do corpo do rei em Portugal foi longo, não se podia afirmar se esse corpo fosse do próprio rei. A explicação sobre as características físicas e mentais que destacam o rei português como um membro da família real foi também curioso, porque Fonseca a usava para demonstrar que ninguém podia substituir o rei próprio. O resto da obra consiste dos episódios que podem provar ou rejeitar a genuinidade do mito sebástico, como a história sobre as pinturas no Monastério dos Jerónimos que representam o jovem rei e o milagre do Jesus Cristo quando alimentou a gente com os sete pães e dois peixes.

Um dos poetas mais importantes que usou D. Sebastião como a inspiração foi Fernando Pessoa, que Machado Pires também chamou *poeta do Encoberto*. Ele usava o sebastianismo como o ponto da partida nas muitas obras, dizendo que Portugal tem “um fermento de renovação, uma força redentora profunda enraizada na alma portuguesa; essa força é o mito sebastianista” (Machado Pires 1971, 105).

5. Conclusão

O sebastianismo não pode ser definido de uma maneira simples, necessita de uma exploração profunda. O D. Sebastião era a figura central da criação desse fenômeno. Nesta tese procurei discutir as circunstâncias históricas antes do seu reinado, que influenciariam a governança do jovem rei. D. Sebastião continuou com os planos da expansão do reino, que começou com as explorações bem-sucedidas do D. Manuel I e a forte política externa do João III. O reinado do D. Sebastião foi destacado pela transição da política interna para a política externa, que terminou na sua morte prematura na Batalha de Alcácer-Quibir em Marrocos. O tempo depois da sua morte introduziu a turbulência no pensamento do povo português. A luta pelo trono de Portugal e a entrada na união pessoal com a Espanha reforçou o sentimento nacional do povo português. Ainda que a união com a Espanha durasse mais de 60 anos, o desejo do povo pela independência ficava mais forte. Essas circunstâncias iniciaram o desenvolvimento do movimento do sebastianismo. Tentei analisar as raízes do sebastianismo na ideia da renovação da sociedade português e o estabelecimento de Portugal como o Quinto Império no futuro. A base religiosa do movimento era suportada pela posição negativa perante os novos valores que apareciam através da Europa. A tese inclui as críticas do sebastianismo e as teorias defensivas dos pensadores portugueses que tentavam explicar este fenômeno. As obras

mencionadas coincidem apenas nas partes das explicações oferecidas. Parece que cada autor estudou o movimento num aspeto diferente e por conseguinte, descobriu uma nova maneira de analisar esse fenómeno.

6. Bibliografia

Macedo, Jose Agostinho de. *Os Sebastianistas*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1810.

Vieira, António. *História do Futuro, vol. I e II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1953.

Lourenço, Eduardo. *Portugal Como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva - Publicações, 1997.

Besselaar, José van den. *O Sebastianismo - História Sumária*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.

Sampaio, José Pereira de. *O Encoberto*. Porto: Livraria Moreira - Editora, 1904.

Saraiva, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

Bandarra, Gonçalo Anes. *Trovas*. Porto: Imprensa Popular de J.L. de Sousa, 1866.

Pires, Antonio Machado. *D. Sebastião e o Encoberto: estudo e antologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal; vol. III, IV e V*. Editorial Verbo, 1979.

Martins, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882.